

# Escola custou US\$ 6 milhões a mais

DENISE ROTHENBURG e  
JOSE PAULO TUPYNAMBÁ

**BRASÍLIA** — Uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) entregue à CPI do Orçamento aponta mais uma obra superfaturada na primeira gestão de Joaquim Roriz como governador do Distrito Federal: a escola técnica de Taguatinga. O prédio custou US\$ 12 milhões, quando poderia ter sido feito por US\$ 6 milhões. Com isso, sobe para US\$ 40,5 milhões, o total de superfaturamento em apenas duas obras do Governo Roriz.

A primeira obra em que a CPI constatou superfaturamento foi a construção do setor "C" da penitenciária Papuda, que, segundo auditoria do TCU, teve seus preços 100% acima do valor real.

Os dois convênios, tanto da escola técnica como da penitenciária, foram assinados em 1989. No caso da escola, os recursos foram repassados pelo Ministério da Educação. Na época, o ministro era Carlos Sant'Ana, que hoje é o secretário de Saúde do governador Joaquim Roriz.

Quanto à licitação, os dois casos apresentam irregularidades. A da escola teve o preço-base superfaturado e só contou com duas empresas: a Cosal e a OAS. A penitenciária teve várias correntes no papel, mas a mesma pessoa pegou cópia do edital para a OAS e mais quatro das dez empresas que se apresentaram para participar da licitação. Depois de apresentar uma análise técnica detalhada da proposta de cada empresa, o TCU conclui que "houve, forçosamente, acer-

to entre as empresas durante a elaboração das propostas". No caso da licitação para a escola técnica, os auditores suspeitam de um acordo prévio entre a OAS e a Cosal construções e Saneamento Itdá.

Roriz enviou ontem um documento à CPI do Orçamento, atribuindo ao Governo federal eventuais irregularidades na licitação que escolheu a Cosal para construir a Escola Técnica de Taguatinga. No texto, ele alega que o Ministério é que ficou responsável pela licitação, incluindo desde o fornecimento do edital, indicação do preço-base, do índice de reajuste de preço da obra e de bonificação por despesas indiretas, até a homologação do resultado. A diretoria da OAS comunicou ontem que não vai comentar o assunto.